



A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR NA LAVOURA DE CAFÉ

MIRANDA, Napoleão
*Professor do Programa de Pós-Graduação em sociologia e Direito da Universidade Federal
Fluminense (PPGSD-UFF)*
napomir@gmail.com

FIGUEIRA, Thatiana de Andrade
Doutoranda do PPGSD-UFF
thatianafigueira@yahoo.com.br

215

RESUMO

Pretende-se com este estudo, analisar a condição dos trabalhadores rurais volantes que se dedicam à colheita do café no interior do estado de Minas Gerais, com o objetivo de enriquecer a discussão sobre o entendimento do processo de trabalho desses indivíduos e a relação com o contexto em que estão inseridos. Para tanto, faz-se necessário refletirmos primeiramente sobre o processo histórico do advento da cultura do café no estado de Minas Gerais e o surgimento da categoria de trabalho volante no meio rural, como também sobre as mudanças que surgiram na agricultura mineira. Como procedimento metodológico reuni todos os dados referentes ao cotidiano dos trabalhadores rurais que se dedicam a colheita do café para aproximar o entendimento em relação aos vários aspectos que levam ao consumo de drogas, especificamente o crack. Além da pesquisa de campo que foi realizada nos municípios da Zona da Mata Mineira, municípios com vocação agrícola cafeeira.

Palavras-chave: trabalhador volante, agricultura, café.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the condition of rural workers engaged in the flywheels coffee harvest in the state of Minas Gerais, with the goal of enriching the discussion on the understanding of the process of work of these individuals and the relationship with the context in which they are inserted. Therefore, it is necessary first to reflect on the historical process of the advent of the crop in the state of Minas Gerais and the emergence of the category of wheel work in rural areas, as well as on changes that have emerged in the mining agriculture. As a methodological procedure gather all data concerning the daily life of rural workers engaged in the coffee harvest to bring understanding in relation to various aspects that lead to drug use, specifically crack. In addition to the field survey that was conducted in the municipalities of Zona da Mata Mining, coffee municipalities with agricultural vocation.

Key-words: wheel worker, agriculture, coffee.



INTRODUÇÃO

Pretende-se com este estudo, analisar a condição dos trabalhadores rurais volantes que se dedicam à colheita do café no interior do estado de Minas Gerais, com o objetivo de enriquecer a discussão sobre o entendimento do processo de trabalho desses indivíduos e a relação com o contexto em que estão inseridos.

Para tanto, faz-se necessário refletirmos primeiramente sobre o processo histórico do advento da cultura do café no estado de Minas Gerais e o surgimento da categoria de trabalho volante no meio rural, como também sobre as mudanças que surgiram na agricultura mineira.

Muitas são as questões e, também, as contradições que permearão este trabalho, mas uma delas considero a mais representativa: trata-se da modernização e pobreza que envolvem os aspectos históricos e sociais da mão-de-obra na cultura do café. No que tange a questão da modernização, refiro-me a toda tecnologia empenhada na agroindústria cafeeira. Em relação à pobreza, penso nos trabalhadores rurais que são submetidos a uma ordem de exploração da força de trabalho e de suas terras, que vem desde o Brasil colonial, contribuindo na construção desse império e no não reconhecimento de sua importância nesse processo.

Observa-se que pela complexidade do tema a pesquisa possui caráter multidisciplinar. E pode ser encarada pelo viés da economia, da sociologia, da antropologia, talvez da história. Essas disciplinas traçam uma análise do meio rural, principalmente tratando-se de trabalhadores volantes de uma área determinada, e uma cultura específica, neste caso o café. Mas o eixo principal desse trabalho será pela ótica da sociologia, devido ao contexto do consumo de drogas por parte dos trabalhadores, abordará, portanto, os aspectos sociais inseridos nesse fenômeno.

Com relação aos procedimentos metodológicos, e para o desenvolvimento deste artigo, inicialmente procurei reunir todos os dados referentes ao cotidiano dos trabalhadores rurais que se dedicam a colheita do café para aproximar o entendimento em relação aos vários aspectos que levam ao consumo de drogas, especificamente o crack.

Além da pesquisa de campo, denominada enquanto primária, que foi realizada nos municípios da Zona da Mata Mineira, municípios com vocação agrícola cafeeira. A pesquisa secundária também foi realizada com a busca de artigos e teses que trabalham essa temática.

UM BREVE PRELÚDIO

Um dos objetivos aqui é a análise de entrevistas gravadas e transcritas, reunindo depoimentos que permitam conhecer:



- O cotidiano do trabalhador;
- O significado que atribui ao trabalho;
- A sua história de vida;
- A expectativa de vida em relação ao trabalho, profissão e família;
- Os sonhos/desejos que possui;
- As diferentes versões que circulam em relação ao crack;
- Os porquês da droga.

O referencial metodológico de análise será baseado na fenomenologia social, que constitui formas de conhecimento prático socialmente construído. Esta construção é estabelecida com influências da sociedade, por meio de valores, conceitos, idéias construídas entre diferentes grupos sociais que explicam a realidade da vida cotidiana. O estudo dos fatos sociais a partir da fenomenologia social, da etnometodologia, do interacionismo simbólico e do construtivismo tem suas raízes na ruptura dos modelos tradicionais da pesquisa sociológica construída na visão durkheimiana de ignorar o senso comum, apesar de tais correntes não estarem desvinculadas das ciências sociais. Nas ciências humanas, Alfred Schutz é o representante mais significativo do pensamento fenomenológico, sendo considerada essa corrente como a sociologia da vida cotidiana. Apesar de suas elaborações terem influências do pensamento weberiano, é na filosofia de Edmund Husserl que Schutz recebe a maior influência em relação à fundamentação metodológica.

O argumento de Husserl é o mesmo de Dilthey e Weber, isto é, os atos sociais envolvem uma propriedade que não está presente nos outros setores do universo abarcados pelas ciências naturais: o significado¹. Desta forma, a fenomenologia social contribuirá nas questões que surgirão no decorrer da pesquisa em relação a vida cotidiana desses trabalhadores e suas relações sociais, como também o entendimento do referido fenômeno estudado, pois o mundo para ele está relacionado com a vida cotidiana, o mundo da vida, ou como ele mesmo diz: “o mundo da rotina”, no qual as pessoas não teorizam sobre suas práticas. Um mundo real e intersubjetivo, em que as pessoas interagem umas com as outras naturalmente, ou seja, a partir do senso comum, os homens vão interagir com seus valores, culturas, crenças, etc.

A fenomenologia social apresenta, em relação à pesquisa, as seguintes características:

- Uma crítica radical ao objetivismo da ciência, na medida em que propõe a subjetividade como fundante do sentido;

¹ Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec. – Abrasco, 1992, pg. 55.



- Uma demonstração da subjetividade como sendo constitutiva do ser social e inerente ao âmbito da autocompreensão objetiva;
- A proposta da descrição fenomenológica como tarefa principal da sociologia.

Alfred Schutz traz para o pensamento da fenomenologia social o mundo da *vida cotidiana*, no qual o homem situa-se em meio a suas angústias e preocupações em intersubjetividade com os semelhantes do grupo em que vive no tempo presente, ou seja, a relação face a face. Referente a presente pesquisa, buscou-se exatamente essa relação: conhecer o cotidiano dos trabalhadores rurais da colheita do café a partir da pesquisa de campo, buscando ouvir suas histórias de vida no tempo passado, presente e perspectivas futuras. Parte disto centrou-se na questão da vida cotidiana, como: que horas começam suas trajetórias de trabalho, como é o dia na lavoura de café, os intervalos para o almoço e os cafezinhos, o retorno para casa, etc., além da questão da droga, tão presente em suas vidas.

Sobre o conhecimento, Schutz o divide em três categorias:

- 1) A do vivido e experimentado no cotidiano;
- 2) Da epistemologia que investiga esse mundo vivido;
- 3) Do método sociológico para a investigação.

Num primeiro momento, o mundo social apresenta-se aos indivíduos como o mundo da cotidianidade, tal como é experimentado pelo homem, “atitude natural” e aceito da forma que é. Nesse sentido, “o homem não questiona a estrutura significativa do mundo, mas age e vive nela”. Esse mundo cotidiano apresenta-se por meio de tipificações construídas pelos próprios atores sociais, de acordo com suas histórias e relevâncias. Segundo Schutz, essas tipificações possuem em si “o universal e o estável, o específico e o mutável”². Nesse ponto observa-se uma das diferenças do pensamento de Schutz em relação a Weber. Enquanto para Weber o tipo-ideal “é uma construção analítica criada pelo cientista, para Schutz, o ator social, não apenas o cientista, tipifica o mundo para compreendê-lo e comunicar-se com seus semelhantes”³. O ponto inicial para a fenomenologia social são os “construtos de primeira ordem”⁴ usados por toda a sociedade, isto é, o senso comum, mesmo que se tenha idéias vagas, limitadas e/ou fragmentadas, e com emoção. Schutz não tem interesse em comparar ou questionar se o senso comum é superior ou inferior à construção científica, pois o propósito de um

² Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec. – Abrasco, 1992, pg. 56.

³ Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec. – Abrasco, 1992, pg. 56.

⁴ Idem, pg. 56.



cientista/pesquisador social é descobrir e revelar os “significados subjetivos implícitos” que circundam o universo dos atores sociais estudados:

o cientista social cria um saber diferente a partir do conhecimento de primeira ordem, por meio da elaboração de modelos do ator social, de tipos ideais, para explicar os significados da realidade social e para descrever os procedimentos dos significados.⁵

De acordo com Schutz, a partir do mundo da vida cotidiana o cientista construirá modelos distintos do senso comum. São construídos:

- Pela consistência lógica, isto é, pela possibilidade de escrever o vivido, buscando trazê-lo para a ordem das significações;
- Pela possibilidade de interpretação;
- Pela adequação à realidade⁶.

E o modelo científico para a compreensão do mundo social tem os seguintes princípios:

- A intersubjetividade: estamos sempre em relação uns com os outros;
- A compreensão: para atingir, penetrar o mundo do vivido, a ciência tem que aprender as coisas sociais como significativas;
- A racionalidade e a internacionalidade: o mundo social é construído sempre por ações e interações que obedecem usos, costumes e regras ou que conhece meios, fins e resultados⁷.

Sobre a compreensão empírica da realidade, Schutz elabora alguns conceitos em relação ao ato social, como o de *situação*. Este conceito diz respeito ao lugar que a pessoa ocupa na sociedade, o papel que desempenha e suas posições ético-religiosas, intelectuais, políticas, etc. A esse respeito diz que o homem está biograficamente situado no mundo da vida, agindo de acordo com este papel social que desempenha. Outro conceito que Schutz elabora é o *estoque de conhecimento* dos atores sociais, que seriam as referências com as quais interpreta-se o mundo e estabelece-se as ações. Outros conceitos com que Schutz trabalha são os *termos de relevância e estrutura de relevâncias*, que significa a importância dos objetos e os contextos que estes possuem para os sujeitos, relacionados com sua história de vida e bagagem de conhecimento que possuem.

⁵ Idem, pg. 56.

⁶ Idem, pg. 56.

⁷ Idem, pg. 56.



Esses conceitos desenvolvidos pelo autor são de grande importância para a pesquisa empírica, passando do contexto individual para o grupal e comunitário, que o autor denomina *reciprocidade*⁸, seja de comunicação, sentido de comunidade, de objetivos e de interpretação intersubjetiva, visto que, segundo ele, a maior parte de nosso conhecimento vem de nossos pais, familiares, professores, grupo comunitário, etc. Recebemos formas de classificar e tipificar, criando o nosso universo e colocando-nos na vida prática em relação com o mundo.

Outro elemento fundamental para a fenomenologia social é a linguagem, pois para o autor “a vida humana é essencialmente diferente e só pode ser compreendida através do mergulho na linguagem significativa da interação social”⁹. A linguagem, práticas, coisas e acontecimentos são inseparáveis. E a “linguagem é essencial para que a realidade seja do jeito que é, isto é, a realidade é a própria vida cotidiana nos indivíduos onde eles se comunicam, concordam, discordam, justificam-se, negam ou criam”¹⁰. Para Schutz, a linguagem cotidiana ocupa todo um universo rico e inexplorado da essência social. Nesse sentido, a intercomunicação e a linguagem são fundamentais uma vez que “a linguagem cotidiana esconde todo um tesouro de tipos e características pré-constituídas de essência social que abrigam conteúdos inexplorados”¹¹.

A fenomenologia social diz que só há conhecimento subjetivo, e não objetivo ou neutro, pois é “o homem que imprime leis ao real, e o ato de conhecimento reúne o observador e o observado, ambos possuidores de significados atribuídos pelo próprio homem”¹². A partir da *tese geral da reciprocidade das perspectivas*, formulada por Schutz, marca-se o “caráter social da estrutura do mundo da vida de cada um”¹³ baseado na idéia de que cada indivíduo tem sua experiência particular e subjetiva, sua visão de mundo é diferente do outro em relação ao mesmo fato, mas em contrapartida, todos, de certa forma, fizeram ou fazem parte daquela ação, porque há duas idealizações usadas pelas pessoas: a possibilidade de troca em relação aos pontos de vista e a “conformidade do sistema de pertinência”. Por exemplo: todas as pessoas que foram a uma partida de futebol supõem que foram assistir pelas mesmas razões, apesar das diferenças em relação ao modo de vida, ao ponto de vista, etc., mas o que as une é a mesma razão, a intenção, a situação, ou seja, suas experiências.

⁸ Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec. – Abrasco, 1992, pg. 57.

⁹ Idem, pg. 58.

¹⁰ Idem, pg. 58.

¹¹ Coulon, A. Etnometodologia. Ed. Vozes, 1987, pg. 11.

¹² Mynaio, M.C. de Souza, O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec – Abrasco, 1992, pg. 58 e 59.



As correntes teóricas, como a fenomenologia social – Schutz, a etnometodologia – Park e Garfinkel, o construtivismo – Berger, Luckman e Goffman, e o interacionismo simbólico – Mead, como já foi mencionado, têm suas semelhanças ao romper com os moldes tradicionais de pesquisa das ciências humanas, que consistiam em ignorar o senso comum e suas representações sociais, além da contribuição e influência que a fenomenologia social possibilitou servindo de base para essas correntes posteriores.

Para tanto são necessárias algumas considerações. O berço da etnometodologia foi a Universidade de Chicago, e Robert Park seu arquiteto principal. As idéias de Park foram teoricamente desenvolvidas por Harold Garfinkel na década de 30. Garfinkel, na sua célebre obra cujo título é “Studies in Ethnomethodology”, tem como fontes principais dois autores: Talcott Parsons, sociologia americana, e Alfred Schutz, que funda a fenomenologia social.

A partir da fenomenologia, Garfinkel desenvolve sua teoria em relação à etnometodologia, dizendo que, mais que uma teoria, ela é uma perspectiva de pesquisa que trabalha com uma abordagem qualitativa do social, organizando-se segundo a idéia de que todos nós somos pesquisadores sociais em estado prático, ou, de acordo com a formulação de Schutz, “o real já se acha descrito pelas pessoas”¹⁴.

Garfinkel postula que:

o fato social não é um objeto estável, mas o produto da contínua atividade dos homens, que aplicam seus conhecimentos, processos, regras de comportamento, em suma, uma metodologia leiga cuja análise constitui a verdadeira tarefa do sociólogo.¹⁵

Desta forma, a etnometodologia abarca o estudo das atividades cotidianas, sejam elas “triviais ou eruditas”¹⁶, partindo da pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar suas ações cotidianas. Diferentemente dos sociólogos tradicionais, que consideram os aspectos do saber do senso comum uma categoria residual, a etnometodologia trabalhará na contra-mão desse conceito, analisando as crenças e os comportamentos desse senso comum como base constituinte de “todo comportamento socialmente organizado”¹⁷.

¹³ Coulon, A. Etnometodologia. Ed. Vozes, 1987, pg. 13.

¹⁴ Coulon, A., Etnometodologia. Ed. Vozes, 1987, pg. 7.

¹⁵ Idem, pg. 27.

¹⁶ Idem, pg. 30.

¹⁷ Idem, pg. 30.



Na Inglaterra, os dois representantes da etnometodologia foram Harrison e Madge (1937), que tentaram aplicar os procedimentos metodológicos para compreender melhor o dia-a-dia do homem comum em uma sociedade complexa. Apesar do espírito inovador, Harrison foi criticado dentro e fora do âmbito científico por sua falta de “rigor metodológico”¹⁸. Assim, os movimentos etnometodológicos decaíram nos Estados Unidos e, na Inglaterra, sua influência acabou sendo pequena. Porém a partir da década de 50, a tradição etnometodológica tem sido retomada com vigor e é evidente a sua grande contribuição para as ciências humanas¹⁹.

Esta breve introdução em relação à etnometodologia justifica-se por ter semelhança com a fenomenologia social na sua formulação do senso comum e do mundo cotidiano, que Schutz elaborou com maestria em sua obra: “Fenomenologia e Relações Sociais”.

A contribuição do construtivismo, que tem afinidades com o marxismo, vai aparecer tanto na fenomenologia social como na etnometodologia, nas idéias de *Peter Berger* e *Thomas Luckman*²⁰ ouvintes das palestras de Schutz, que trabalham com a relação indivíduo-sociedade. A esse respeito, os autores vêem a sociedade como uma realidade objetiva e subjetiva ao mesmo tempo, o indivíduo, neste contexto, exterioriza o seu próprio ser no mundo social interiorizando esse mesmo mundo como realidade objetiva.

Esse processo dialético é composto de: exteriorização, objetivação e interiorização, interligados um ao outro. Para que isso ocorra, é necessário compartilhar e participar do mundo do outro, só depois desse processo de interiorização é que o indivíduo se torna um ser social. Assumir o mundo do outro é torna-lo o seu próprio. Esse processo de socialização do indivíduo é dado pela literatura através de vários percursos. Nós nos deteremos aqui em duas etapas: socialização primária e secundária.

A socialização primária ocorre na infância e em uma estrutura social objetiva, proporcionando um aprendizado cognitivo. É uma relação dialética entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade objetivamente apropriada. A socialização secundária é uma continuidade da primária, responsável pela identificação na comunicação entre os seres humanos, por isso a linguagem é tão importante. Nas sociedades conhecidas há sempre alguma distribuição social do conhecimento, tanto o universal quanto o conhecimento especial que está relacionado ao conhecimento de funções específicas resultantes da divisão social do trabalho,

¹⁸ Mynaio, M. C. de Souza. O Desafio do Conhecimento. Ed. Hucitec – Abrasco, 1999, pg.52 e 53.

¹⁹ Idem, pg. 55.

²⁰ Berger, P. & Luckmann, T. A Construção Social da Realidade. Ed. Vozes, 1966.



assim a socialização secundária passa a ser importante para a aquisição desses novos conhecimentos²¹.

Em relação ao trabalho dos “apanhadores” de café no período de colheita, podemos verificar que não possuem conhecimentos universais somente em alguns casos possuem conhecimentos específicos sobre o seu trabalho. No geral, desempenham suas funções mecanicamente, visando garantir sua sobrevivência. O resultado desse processo é a alienação, pois não se apropriam de outros mundos.

Berger e Luckman salientam que a realidade subjetiva tem uma relação socialmente definida com a realidade objetiva. O papel da conservação da realidade subjetiva é muito importante para a confirmação dessa identidade. O fator mais importante na conservação da realidade é o diálogo, porque tem como função manter, modificar e reconstruir constantemente a realidade subjetiva do sujeito. A realidade é interiorizada tanto na socialização primária como na secundária por processos sócias, sua manutenção depende desse processo, embora com características diferentes²².

No que tange à questão dos trabalhadores rurais, em geral, eles possuem um referencial histórico e social não apenas em relação à luta pela posse da terra para realizarem seus trabalhos, como também são caricaturados como seres desprezíveis tanto no aspecto cultural como no social, não obedecendo aos padrões estabelecidos e determinados pelo modo de vida das cidades.

A literatura aponta que o trabalho é onde se dá a emancipação do sujeito, onde ele pode realizar uma atividade criativa e livre, satisfazendo suas necessidades básicas e atingindo uma ascensão social. A impossibilidade de emancipação acaba por gerar a alienação do sujeito, tornando-o escravo de seu trabalho, como de si mesmo, não o reconhecendo como fator importante na relação social.

Em relação aos trabalhadores rurais, especificamente os “apanhadores” de café, podemos dizer que a morte simbólica está relacionada a sua baixa autoestima, não constituindo um personagem. Uma outra característica da identidade é sua temporalidade: passado, presente e futuro²³. Na mesmice da identidade há a exclusão da temporalidade, tornando-se abstrata, perdendo sua capacidade de transformação²⁴. O tempo dos “apanhadores” de café está completamente ligado às suas atividades profissionais, faz-se apenas para o trabalho.

²¹ Vários Autores. *Interacionismo Simbólico e Teoria dos Papéis*. Ed. EDUC, pg. 179.

²² *Idem*, pg. 181.

²³ Ciampa, A. C., *A Estória do Severino e a História de Severina*. Ed. Cortez, 1998, pg. 198.

²⁴ *Idem*, pg. 198.



O estigma é outro ponto fundamental, incorporado à cultura do homem do campo desde sua descrição literal, como pessoas sem bom trato, broncos e sem educação. E, além desse fator, atualmente este estigma é agravado pelo fato de muitos serem dependentes químicos. Erving Goffman diz que o conceito de estigma está ligado a pessoas portadoras de características físicas, morais ou grupos determinados, promovendo o descrédito das pessoas “normais”. A esse respeito, diz:

quando normais e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia, porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos de estigma.²⁵

224

O indivíduo estigmatizado sente-se completamente inseguro frente aos “normais”, que no caso, representam um tipo de sociedade perfeita. Almeja um modelo que todos gostariam de ser tanto no aspecto moral como social. Essa insegurança dos estigmatizados é relacionada à possibilidade de os “normais” identifica-los com determinado tipo de caráter e ao modo como serão recebidos pela sociedade.

Estigma para os gregos constituía sinais corporais feitos para evidenciar o que a pessoa fez de mau em relação ao status moral²⁶. Na era cristã o estigma possui duas concepções diferenciadas: uma em relação a graça de Deus e a outra às marcas de distúrbio. Atualmente, a concepção de estigma é similar ao significado dos gregos, como aponta Goffman, embora esteja mais ligada à desgraça do que à marca corporal. A esse respeito o autor diz:

o termo estigma será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.²⁷

Os tipos de estigma que Goffman exemplifica são: as abominações do corpo, as culpas de caráter e, finalmente, os estigmas tribais de raça, nação e religião. No caso dos “apanhadores” de café, o tipo de estigma que mais se aproxima é o de caráter, duplamente caracterizado. Primeiro em relação ao tipo de trabalho que exercem: são trabalhadores volantes, não possuem emprego fixo, sendo a grande maioria autônomos, não atingindo um status social

²⁵ Goffman, E. Estigma. Ed. Guanabara, 1988, pg. 23.

²⁶ Idem, pg. 23.

²⁷ Goffman, E. Estigma. Ed. Guanabara, 1988, pg. 23.



conquistado. O outro aspecto diz respeito à dependência química: no caso, alguns são usuários de crack. A este tipo de estigma, Goffman diz que:

são percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidades, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, **vício**, **alcoolismo**, homossexualismo, **desemprego**, tentativas de suicídio e comportamento político-radical.²⁸

O ser estigmatizado acaba não desenvolvendo uma relação social cotidiana. Desse modo, afasta de si os “normais”, destruindo os outros atributos que ele possui ou conquistou.

A LAVOURA E O TRABALHO COM O CAFÉ

As experiências com o trabalho livre na cafeicultura foram introduzidas por fazendeiros paulistas, na segunda metade do século XIX, para substituir ou suplementar o trabalho escravo, pois, a cafeicultura exigia muita mão-de-obra e de forma intensiva durante todo o ano (STOLCKE, 1986). A escravidão só foi abolida em 1988, mas os cafeicultores paulistas já trabalhavam com a mão-de-obra imigrante desde 1847.

O café se desenvolveu como cultura de exportação, no interior de formações estruturais socioeconômicas já existentes no Brasil, sob um modelo marcadamente mercantilista (CANCIAN, 1977), como continuidade à expansão comercial da Europa no Brasil. Nesse sentido, a agricultura brasileira se intensificou com a vinda desses imigrantes, tanto da Europa, quanto da Ásia, passando a se caracterizar como uma atividade empresarial que conferia riqueza, prestígio político e autoridade aos cafeicultores. Nas palavras do presidente Epitácio Pessoa: “o café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil.

No caso do Brasil, especificamente, o país é tradicionalmente o maior e mais importante produtor de café do mundo. A produção de café aqui começa em meados do século XVIII, e desde essa época vem exercendo influência direta e positiva no que tange à geração e distribuição de empregos e riqueza em diversas regiões do território nacional onde as lavouras estão instaladas (Martins e Castro Junior, 2006). A cafeicultura está consolidada como um Complexo Agroindustrial (CAI), o complexo cafeeiro, cujo peso, na economia nacional, é

²⁸ Idem, pg. 14.



expressivo: 2% do total das exportações brasileiras e 40% da produção mundial (SANTOS, GOMES, BRAGA E SILVEIRA, 2009: 364). De acordo com dados da Cepea/Esalq e Conab, atualmente temos, aproximadamente, 390 mil estabelecimentos produtores no país, em 1,9 mil municípios, que geram 8,4 milhões de empregos e uma receita anual média de US\$ 3,5 bilhões.

A cafeicultura chegou a Minas Gerias pela margem norte do Rio Paraibuna, em 1809. A partir daí os fluxos migratórios aumentaram sensivelmente, se dirigindo diretamente para a Zona da Mata, sem passar pelo Rio de Janeiro. Em 1822, a população da Mata girava em torno de 20 mil habitantes e, em 1870, ultrapassava os 250.000, chegando a 548.000 em 1890, quando contribuía com cerca de 7% da população do estado de Minas (BLASENHEIN, 1982).

Segundo o censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), o café representa cerca de 55% do valor total da produção agrícola na região e, cerca de 96% de todas as atividades de agricultura das lavouras permanentes da região. Nos terrenos mesmo muito inclinados e, as vezes, em pouca quantidade, ao andar pela zona rural da região, sempre se encontra plantação de café.

A COLHEITA

A colheita do café, nesta região de estudo, é realizada de maneira dependente da mão-de-obra humana. Os terrenos são acidentados por demais impedindo assim a inserção de maiores tecnologias nesta fase de safra. Portanto, no período da colheita a família se envolve, os compadres da região também e, dependendo do tamanho do cafezal, trabalhadores boias-frias²⁹ também complementam esse quadro de trabalho. A *apanha* é uma atividade que movimentam a economia da região. São homens e mulheres que são trabalhadores rurais e abrem mão de suas demais atividades para o envolvimento com a atividade da colheita. Alguns pedem demissão de seus trabalhos regulares, porque alegam que nesta época conseguem “*fazer um pé de meia*”.

A locomoção dos trabalhadores até às lavouras é por conta dos proprietários. Neste período do ano, eles disponibilizam ônibus, vans e até carros pequenos para buscar os trabalhadores nas cidades no início da manhã e devolvê-los ao final da tarde. Os pontos de espera pelos transportes já são conhecidos pela cidade. Qualquer um pode perguntar e logo encontrar uma parada típica de trabalhador que vai para a colheita. Como responsabilidade (exigida pelo ministério do trabalho) do proprietário do cafezal, ele disponibiliza luvas e botas aos trabalhadores. O ministério exige ainda que tenha banheiro químico nas lavouras e locais



cobertos para que os trabalhadores realizem suas refeições, além da carteira assinada por tempo determinado. Os banheiros e os locais cobertos para as refeições não são encontrados pelos cafezais, quando percorremos a região. A questão da carteira assinada varia muito de proprietário para proprietário. Como a fiscalização anda crescendo e as denúncias também, muitos cafeicultores com medo das sanções, acabam assinando as carteiras. Outros as recolhem no início da colheita, ou no início que o sujeito começa a participar da colheita e só devolvem no final, mas sem qualquer registro.

Essa questão de registro é imensamente discutida e conflituosa na fala tanto de cafeicultores quanto na fala dos trabalhadores temporários. Existe algo introjetado em ambas as partes que é o esquema do não compromisso. O ônibus, a van, o carro, etc., estará lá no ponto às 6h da manhã, mas vai quem quer. Se, por exemplo, foi dia de chuva os pontos encontram-se vazios matinalmente. Se o sujeito gostar do pedaço da lavoura onde o encarregado o colocou no dia anterior, ele provavelmente volta no outro dia. Se a incidência de cobras no cafezal for grande, ele normalmente não volta. Se a turma for de *bagunça*, a manhã seguinte é comprometida quantitativamente. E assim por diante. Por este não compromisso, que podemos também chamar aqui de autonomia, a carteira assinada é algo de discussão.

No relato do senhor J.C., cafeicultor, ele assina carteira de muitos, que não completam uma semana de trabalho. A maior dificuldade que ele vê é a devolução dessas carteiras, uma vez que nem sempre os trabalhadores da colheita são oriundos do município, existe forte migração nesta época do ano. Na fala dos trabalhadores, eles são sempre passados para trás e ter carteira assinada para a colheita tolhe o sujeito do “*ir e vir*”, ou seja, de não querer ir, se assim o desejar.

Como responsabilidade do trabalhador rural, ficam ao seu encargo as roupas próprias para este momento de trabalho, que normalmente são roupas em cima de roupas. O trabalhador geralmente usa mais de uma calça e várias camisetas de manga comprida para aliviar a intensidade do sol e chapéu. Além disso, a alimentação é por conta dos trabalhadores, que levam suas quentinhas em marmitas, panelinhas de alumínio e água, café com leite e alguns casos sucos em garrafas térmicas. Há, para muitos, também a garrafa própria para a cachaça, que levam amarrado à cintura.

Existe um *comércio* nas lavouras. Normalmente os agricultores conhecem e permitem a entrada de pessoas que sobem as lavouras com o intuito de vender alguma coisa. No geral, são bolos, cafés, sucos, *merenda* como dizem os trabalhadores. Além desses vendedores de gêneros

²⁹ Ou, trabalhadores volantes.



alimentícios, existem também pessoas que vendem drogas (lícitas e ilícitas) nas lavouras. A chegada e a saída destes é mais rápida, porém eles já têm seu público cativo.

Uma vez embarcados nos veículos, os trabalhadores são levados para as lavouras. Normalmente o encarregado, que é um funcionário de confiança do cafeicultor – geralmente membro da família, direciona a turma para qual parte da lavoura eles devem desbravar naquele dia de trabalho. Em conversa com um encarregado de lavoura, filho de um cafeicultor, ele me disse que normalmente divide a turma em grupos de no máximo 15 pessoas, “*para não dar confusão*”, diz o encarregado. “*Muita gente junta não dá certo, sempre sai briga, um acaba desrespeitando o outro, então é sempre melhor separar*”, complementa.

A escolha pelo pé do café normalmente é aleatória, e o trabalho deles é puxar com as mãos os grãos de café dos galhos das plantas. Lavouras muito novas não costumam agradar os trabalhadores, pois na fala de uma apanhadora “*judia muito da coluna*”. Enquanto lavouras de plantas muito altas impossibilitam as mulheres de apanharem no topo, pela estatura normalmente menor que a dos homens. Além da mão, enquanto instrumento de trabalho, os que investem na atividade – e isso é exclusivamente iniciativa dos trabalhadores rurais- possuem uma **mão mecânica**, que é um instrumento bem parecido com uma mão humana, mas que agiliza, e muito, o trabalho na apanha do café.

A apanha é feita por balaio de café. Ou caixa. Esses balaio, ou caixas, possuem capacidade para 60 litros de café, que na conversão para quilos aproximam-se de 48kg cada um. Não é possível marcar um valor médio para a produção diária, até porque a média é uma medida que evidencia, dentre outras coisas, a discrepância. Mas, um adulto normalmente com mão humana e em condições favoráveis de trabalho, colhe por dia de quatro a cinco balaio de café. Já com a mão mecânica, nas mesmas condições de trabalho, chega a colher de dezoito a vinte balaio de café. O preço pago para cada balaio também é variável. Fica a cargo de cada cafeicultor estipular este valor, que acaba determinando também a quantidade de trabalhadores que acabam se interessando ou não, pelo trabalho temporário.

No caso do senhor J.C., com quem tive a oportunidade de conversar, pela safra deste ano ele paga dez reais o balaio de café. Após o dia de trabalho, é responsabilidade do trabalhador, carregar seus balaio até o pé da lavoura, onde encontra-se o encarregado com a caminhão e a balança que fará a marcação da quantidade ao final do dia trabalhado. Por volta das quatro e meia da tarde os trabalhadores já começam a descer a lavoura e se posicionam para a pesagem. A balança de pesagem fica em cima do caminhão, pois após a pesagem o grão já é jogado no caminhão que fará o transporte dele para as instalações apropriadas na propriedade. Nem todas



as propriedades possuem, por exemplo, máquinas para despolar o café. Neste caso, os grãos são levados para os terreiros de café, que podem ser tanto de cimento quanto de chão batido, suspensos ou não, para a revira e a secagem do café.

No momento da pesagem, é também de responsabilidade do trabalhador, levantar o balaio para que o encarregado o pegue para a pesagem. As mulheres, neste caso, embora nem todas, contam com a solidariedade de outras mulheres que se juntam para erguer os baldios, ou com os homens que prestam esse auxílio. Uma vez pesados, individualmente os trabalhadores recebem um vale diário, contendo o nome do trabalhador, a quantidade de café colhida e o valor correspondente a esta quantidade. No fim, o trabalhador assina. Fica com o vale enquanto o encarregado acumula os canhotos, que mais tarde serão entregues ao cafeicultor – que normalmente é o responsável por toda a contabilidade.

Perguntei a ambas as partes se existe algum questionamento sobre a pesagem. Da parte dos trabalhadores, eles relatam que queriam ver a pesagem, que por ser feita em cima do caminhão, sempre “*rola uma pulga atrás da orelha*”. Por parte de um cafeicultor, ele me disse que não costuma conferir os canhotos quando para pagar os trabalhadores. Ao menos que desconfie. “*No olho*”, ele afirma saber se tem, por exemplo, menos caixas de café sejam na quantidade que for.

Os vales são acumulados pelos trabalhadores e nas Sextas-Feiras, após o expediente, o cafeicultor acerta o valor com os trabalhadores. É, então, dia de festa. As biroscas da rua e das vilas ficam mais cheias, com gente falando alto, bebendo e comendo. O que exemplifica a força que o café exerce na economia tanto local, quanto na economia da região. Segundo relatos, trabalhadores contam com a atividade da colheita para realizarem algo grande, materialmente falando. Muitos constroem casa, outros compram carro, moto, reformam casas, mobíliam o que falta, tudo com o dinheiro do café. É comum nas sedes dos municípios plantadores de café que após esses meses de colheita e uma vez que o café já esteja pronto para ser comercializado, o comércio da cidade e os negociantes, façam sua base na arroba do café (que corresponde a 30kg) e que, muitas vezes, aceitam como moeda o próprio café.

O TRABALHADOR VOLANTE

Não se pode resumir o homem apenas como um organismo que interage com seu meio físico. Ele transcende a esfera biológica, pois é no processo histórico que adquire a verdadeira condição humana, interagindo na sociedade (SASS, 1982). Em relação aos trabalhadores



volantes, eles possuem uma característica peculiar na agricultura: o trabalho descontínuo e sazonal. Isso significa que eles são contratados em alguns meses do ano para plantação ou colheita de determinada cultura. No caso do café, como se trata de uma cultura perene, são contratados para a colheita, que normalmente abrange os meses de abril a julho, com pequenas variações. Nos outros meses do ano, esses trabalhadores migram para conseguir trabalho em outras culturas ou fazem “bicos” nas periferias das cidades.

O trabalhador volante possui uma caracterização singular, de acordo com Silva (1982) “a caracterização singular do volante é que, apesar de ser um assalariado rural, tem seu custo de reprodução ao nível do setor urbano”. Essa definição de trabalhador volante deve-se ao processo de proletarização, que deu origem a essa modalidade de trabalhador rural. Ele interioriza e personifica a união entre o trabalhador rural e o urbano, fazendo com que reproduza a sua mão-de-obra entre o setor agrícola e industrial.

Os trabalhadores volantes vivem um processo de proletarização advindo da penetração do capitalismo no campo. A separação entre produtor, propriedade e meios de produção gera um processo de transformações que não ficam apenas no âmbito econômico, mas modificam valores culturais, como dissemos anteriormente, sociais e políticos, afetando o modo de compreensão de suas vidas. Fragmentada a relação com a terra, esses trabalhadores passam de produtores a consumidores, e suas necessidades básicas tornam-se regidas pelos valores desenvolvidos na vida urbana. Por fim, esses volantes não conseguem perceber que a miséria, sofrimento e exploração não são condições dadas e sim resultado de todo um processo histórico que permeia a relação assalariada.

A lógica que prevalece na estrutura do trabalho volante é desvinculada do local e da família. Desenraizados da construção social pela própria lógica do trabalho, não possuem lugar definido, portanto, não criam vínculos sociais. Caminham de acordo com o trabalho. A relação predominante que permeia suas vidas é a relação com trabalho. A lógica do capital faz com que sejam espremidos e excluídos, construindo suas vidas nas periferias das cidades e entrando na lógica de consumo das áreas urbanas. Com isso, seus valores são descaracterizados e assumem outros aspectos não adquiridos conforme sua origem.

O ato de migrar a procura do trabalho, seja ele no campo ou na cidade, em virtude de expulsão, pressupõe o abandono do espaço social de origem, o que gera sérias implicações em relação à adaptação ao novo meio, inclusive de moradia. Andrade (2003) explica que o lugar (moradia) para essas populações não se limita a um teto que dê proteção ou conforto (espaço público e privado). A autora vai além, e diz que a importância cerca o campo psíquico, uma vez



que o lugar está associado ao desejo de transformação, subsistência e sociabilidade. Na sua análise, a autora afirma que pelo histórico de lutas, conflito e expulsão das terras em que eram donos de seu trabalho, temem ser expulsos da mesma forma como ocorreu em seu lugar de origem. Desse modo, sujeitam-se a morar em lugares inadequados, muitas vezes em troca de trabalho, recebendo por isso pagamentos bem inferiores, submetendo-se à subordinação de regras de controle moral e disciplinar de seus empregadores.

PARA CONCLUIR

Nesse cenário, surgem diversas denominações estigmatizadas do trabalhador rural, quais sejam: boia-fria, trabalhador volante, eventual, etc., excluindo-os das leis que deveriam garantir sua qualidade de vida e protegê-los nas questões trabalhistas. Além da dupla negação – trabalho e direitos – são ridicularizados pelo termo boia-fria. Em nome da modernização, a sociedade assistiu ao desaparecimento da roça de subsistência, dos contratos de parceria (ou pelo menos a diminuição deles), da indústria doméstica e da produção de consumo pessoal, quebrando não somente os laços da estrutura familiar, mas também os laços de solidariedade existentes nas comunidades rurais. Muitos são expulsos de suas terras por este processo de modernização e são obrigados a viver nas periferias das cidades, com outros valores e modos de vida, participando da “lógica” de um espaço que não lhes pertence. Desenraizados do lugar, da cultura, como se não bastasse, o contexto social produz uma representação negativa, interferindo em sua vida cotidiana, nas relações sociais.

Enfim, a modernização na lavoura cafeeira intensificou o mercado interno e externo, propiciou o avanço tecnológico por meio de pesquisas científicas em maquinarias e insumos químicos, beneficiamento na qualidade dos produtos, expansão do mercado de trabalho técnico, entre outros. As contribuições que a modernização ofereceu não podem ser negadas.

A questão a ser discutida é, em nome dessa modernização, as relações sociais de trabalho foram sacrificadas, contradizendo esse avanço no campo pelo empobrecimento das populações rurais, a devastação ecológica, a quebra, muitas das vezes, dos vínculos culturais e sociais, a desvalorização da mão-de-obra, a expulsão de pequenos proprietários, a exclusão dos direitos trabalhistas, adjetivações negativas atribuídas a esses trabalhadores, menosprezando seu modo de vida e conhecimento em trabalhar e usufruir da terra.



REFERÊNCIAS

BLASENHEIN, Peter Louis. A regional history of the Zona da Mata em Minas Gerais, Brazil:1870-1906. 1982. 372 f. Tese (PhD em História) – Departamento de História, Stanford University, Stanford.

CANCIAN, N. A. Cafeicultura paranaense 1900 – 1970: estudo de conjunturas. São Paulo, 1977. 497 p. Tese (Doutorado em História Social) – USP.

CIAMPA, A. da C. **A Estória do Severino e a História da Severina**; Ed. Brasiliense, 1998.

COULON, A. A Etnometodologia; Ed. Vozes, 1987.

GOFFMAN, E. **Estigma**; Ed. Guanabara, 1988.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, C.M.F.; CASTRO JUNIOR, L.G. de. **Volatilidade no mercado futuro do café brasileiro**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. Anais...Salvador/BA: ANPAD, 2006.

MINAYNO, M. C. de Souza, **Pesquisa Social**; Ed. Vozes, 1992.

SANTOS, V. E. DOS, GOMES, M. F. M., BRAGA, M. J. e SILVEIRA, F. R. **Análise do setor de produção e processamento de café em Minas Gerais: uma abordagem matriz insumo-produto**. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, vol. 47, n.2, p. 363-388, abr/jun, 2009.

SASS, O. Fragmentos sobre a vida na roça – estudo psicossocial com pequenos proprietários rurais. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1982.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**, Textos escolhidos; Ed Zahar, 1979.

SILVA, J. G. da, **A modernização dolorosa**; Ed. Zahar, 1982.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)**. São Paulo: Brasiliense. 410 p. 1986.